

## APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de outubro de 2008 vamos apresentar uma nota – O Pagamento do 13º Salário Deve Injetar em Torno de 78 bi na Economia, artigo sobre conjuntura econômica, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

## ÍNDICE

Boletim de Conjuntura – Outubro de 2008

**José Calixto Ramos** – Presidente

**Karla Cristina da Costa Braz** - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte - CEP:  
70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

**E-mail:** [cnti@cnti.org.br](mailto:cnti@cnti.org.br) **Site:** [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)

- I - PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO DEVE INJETAR EM TORNO DE 78 BI NA ECONOMIA
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

*Entre em contato conosco pelo e-mail:*

[sucnti@dieese.org.br](mailto:sucnti@dieese.org.br)

## Pagamento do 13º salário deve injetar em torno de R\$ 78 bi na economia

Até o final de 2008 devem ser injetados na economia brasileira cerca de R\$ 78 bilhões em consequência do pagamento do 13º salário. Este montante deve representar cerca de 2,7% do produto interno bruto (PIB) do país e inclui os trabalhadores do mercado formal, inclusive os empregados domésticos e beneficiários da Previdência Social, aposentados e instituidores de pensão da União e dos Estados. Aproximadamente 68,2 milhões de brasileiros serão beneficiados. A estimativa é do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Pelos cálculos da instituição, os R\$ 78 bilhões devem ser pagos a 68.263 mil pessoas. Para chegar a esses números, foram utilizados dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também foram consideradas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente a 2007, e informações do Ministério da Previdência e Assistência Social e da Secretaria Nacional do Tesouro (STN). No caso da RAIS, o DIEESE considerou todos os assalariados com carteira assinada, empregados no mercado formal, nos setores público (celetistas ou estatutários) e privado, que trabalhavam em dezembro de 2007 e o saldo do CAGED do ano de 2008 (até setembro). Da PNAD, foi utilizado o contingente de empregados domésticos com registro em carteira. Foram considerados ainda os beneficiários – aposentados e pensionistas – que, em agosto de 2008, recebiam seus proventos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e os aposentados e pensionistas da União e dos Estados em abril de 2008.

Com relação aos valores, para a estimativa do montante a ser pago aos beneficiários do INSS, foi usado o total referente a setembro deste ano. Para os assalariados, o rendimento foi atualizado pela variação do INPC acumulado de janeiro de 2007 a setembro de 2008.

Nesse cálculo, o DIEESE não leva em conta os autônomos e assalariados sem carteira que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, nem os valores envolvidos nesses abonos, uma vez que esses dados são de difícil mensuração. Também não é considerado por este estudo o adiantamento da primeira parcela do 13º salário ao longo do ano. Neste caso estão os beneficiários do INSS, que receberam a primeira parcela em agosto, e os funcionários de muitas empresas que recebem parcialmente o pagamento do 13º no momento em que tiram férias, além dos que o recebem antecipadamente por definição, por exemplo, de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), quando se trata de categoria profissional. Assim, considerou-se como se todas as pessoas tivessem direito a receber o 13º integralmente, ou seja, tivessem no mínimo um ano no mesmo emprego ou de aposentadoria. Dessa forma, os dados apresentados constituem uma projeção do montante que entra na economia ao longo do ano e não necessariamente nos dois últimos meses. Entretanto, estima-se que a maior parte, cerca de 70% do total dos valores referentes ao 13º, seja paga no final do ano.

Dos cerca de 68,2 milhões de brasileiros que devem ser beneficiados pelo pagamento do 13º salário, aproximadamente 26,7 milhões, ou 37,7% do total, são beneficiários da Previdência Social – como aposentados ou pensionistas. Os empregados formais (41,5 milhões de pessoas) são contribuintes da previdência e correspondem a 60,9% do total. Os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada

totalizam quase 1,9 milhão, equivalendo a 2,7% desse conjunto de beneficiários. Mais aproximadamente 1 milhão de pessoas (ou 1,4% do total) refere-se a aposentados e instituidores de pensão da União (Regime Próprio). Há ainda um conjunto de pessoas que vai receber o 13º constituído por aposentados e pensionistas dos estados (regime próprio) que não puderam ser quantificados.

No que diz respeito ao montante a ser pago a título de 13º, observa-se a seguinte distribuição: cerca de 20,7% dos R\$ 78 bilhões – aproximadamente R\$ 16,1 bilhões – serão pagos aos beneficiários do INSS; R\$ 54,4 bilhões, ou 69% do total, irão para os empregados formalizados; aos empregados domésticos serão destinados em torno de R\$ 918,5 milhões, o que representa algo ao redor de 1,2%; aos aposentados e pensionistas da União caberá o equivalente a R\$ 3,99 bilhões (5,1%); aos aposentados e pensionistas dos Estados ficarão com R\$ 2,6 bilhões (3,3%), conforme a Tabela 1.

**TABELA 1**  
**Estimativa de Recursos com Pagamento do 13o Salário**  
**Brasil - 2008**

Discriminação	Beneficiários		Total do 13º Salário		Valor Médio (R\$) <sup>1</sup>	% PIB
	Absoluto	(%)	(Em R\$)	(Em %)		
Trabalhadores no Mercado Formal	41.549.542	60,9%	55.307.924.225	70,9%	1.331,13	1,94%
Assalariados dos Setores Público e Privado	39.694.000	58,1%	54.389.382.736	69,7%	1.370,22	1,91%
Empregados Domésticos com Carteira	1.865.542	2,7%	918.541.489	1,2%	495,03	0,03%
Aposentados e Pensionistas	28.714.408	39,1%	22.687.100.189	29,1%	752,97	0,80%
Regime Geral - Beneficiários do INSS	25.735.260	37,7%	16.118.572.729	20,7%	626,32	0,56%
Regime Próprio da União	979.148	1,4%	3.996.707.692	5,1%	4.081,82	0,14%
Regime Próprio dos Estados	-	-	2.571.819.768	3,3%	-	0,09%
<b>Total</b>	<b>68.263.950</b>	<b>100,0%</b>	<b>77.995.024.414</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.104,88</b>	<b>2,73%</b>

Fontes: MTE. RAIS 2007 e CAGED 2008; IBGE. PNAD 2007; Ministério da Previdência. Boletim Estatístico, ago/08; Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Orçamentária dos Estados 1995-2007; Ministério do Planejamento (Boletim Estatístico de Pessoal, abr/08)

Nota: 1) Não inclui os beneficiários do Regime Próprio dos Estados

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

O número de pessoas que receberá o 13º salário em 2008 é cerca de 6,9% superior ao observado em 2007. Estima-se que 4,4 milhões de pessoas passaram a receber o benefício, por terem requerido aposentadoria ou pensão ou se incorporado ao mercado de trabalho ou ainda formalizado o vínculo empregatício.

Para efeito de comparação com 2007, quando o DIEESE estimou que cerca de R\$ 64 bilhões entrariam na economia em consequência do pagamento do 13º, é necessário fazer algumas ressalvas em relação às informações usadas para os dois períodos. Para o cálculo de 2008 foram usados dados da RAIS de dezembro de 2007, acrescidos do saldo do CAGED de janeiro a setembro de 2008, enquanto para a estimativa de 2007, foram utilizadas informações da RAIS de dezembro de 2005, somadas ao saldo do CAGED de janeiro de 2006 a agosto de 2007.

### Distribuição por região

Assim como a estrutura econômica, a estrutura salarial não foge à regra no tocante à distribuição geográfica dos recursos do décimo terceiro. A maior parcela - 55,1% - deve ficar nos estados da região Sudeste, que concentra também a maior parte dos trabalhadores, aposentados e pensionistas e empregados domésticos e provavelmente aposentados e pensionistas do Regime Próprio. A região Sul ficará com 16,6% do total do benefício; ao Nordeste, caberão 15,1%. Para as regiões Centro-Oeste e Norte, irão, respectivamente, 8,9% e 4,3%.

O valor médio nacional a ser pago a título de 13º foi estimado em R\$ 1.105. Em termos dos proventos da Previdência, o valor médio nacional a ser pago é de R\$ 753. Os empregados do mercado formal receberão, em média, R\$ 1.331. Cada

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

trabalhador doméstico com carteira assinada terá direito a um valor médio de R\$ 495.

O maior valor médio para o 13º (considerando todas as categorias de beneficiados) deve ser pago em Brasília - R\$ 2.378 – e o menor, no Piauí - R\$ 662.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos** – Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## **2 – CONJUNTURA ECONÔMICA**

O mês de novembro apresentou um pouco mais de tranqüilidade, já que os meses de setembro e outubro foram altamente turbulentos. A calma teve como causa, as medidas tomadas pelos governos de todo o mundo, que reduziram um pouco o risco de contração de crédito generalizada do crédito. Porém, mesmo com essas providências o empréstimo interbancário continua difícil em todo o mundo e o crédito escasso em praticamente todos os países. A tão temida recessão nos países desenvolvidos, é quase inevitável e de longa duração, mesmo porque nos E.U.A, o epicentro da crise, segundo vários especialistas, o país já está em recessão e está também se estenderá por um longo período. Dentre as ferramentas disponíveis para o enfrentamento da recessão, os Estados Unidos tem à disposição a extensão dos empréstimos sem obrigação de pagamento, (este vem com o lucro proveniente da aplicação de recursos) aos bancos norte americanos para financiar suas compras de ativos de qualidade. Esta medida vale também para a compra de commercial paper (títulos de curto prazo emitidos pelas empresas) com uma taxa de juros negociada entre investidor e empresa.

Quanto aos países emergentes, estes estão sofrendo bastante com os impactos da crise, especialmente nos mercados financeiros, contudo, esse movimento não está diretamente relacionado aos fundamentos econômicos, e sim ao pânico, que leva o capital a buscar segurança dos títulos do tesouro norte americano.

No Brasil, os efeitos da crise foram e estão sendo sentidos de várias formas: redução dos preços dos produtos das empresas exportadoras; elevação do câmbio com forte impacto sobre as

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

importações e as dívidas das empresas em moeda estrangeira; redução da oferta e postergação dos investimentos previstos pelas empresas.

Para enfrentar estes canais de contágio, o governo brasileiro adotou uma série de medidas, algumas de caráter preventivo, segue abaixo as principais ações adotadas:

- Liberação de R\$ 7 bilhões do FGTS para capitalizar o BNDES e garantir a manutenção do crédito;
- Autorização para os bancos que comprarem carteiras de crédito de instituições menores a terem redução do compulsório. A medida libera R\$ 23,5 bilhões;
- Autorização a bancos que operam no exterior a emprestar dólares das reservas internacionais para financiar exportações;
- Liberação de R\$ 5 bilhões para linhas de pré-embarque de mercadorias ao exterior;
- Antecipação do vencimento de R\$ 1,5 bilhão em contratos de swap cambial, para injetar dólares no mercado;
- Elevação do abatimento usado no cálculo do compulsório sobre depósitos a prazo, liberando ao mercado R\$ 23,2 bilhões;
- Novas regras do BC prevêem a liberação de compulsórios num total de até R\$ 100 bilhões. No curto prazo, devem ser injetados no mercado R\$ 47 bilhões;
- O Conselho Monetário Nacional (CMN) injetou mais R\$ 5,5 bilhões no crédito rural para garantir o plantio. O Banco do Brasil já havia decidido antecipar a liberação de R\$ 5 bilhões para a agricultura previstos para esta safra;

- O Ministério da Fazenda anunciou um programa de financiamento de capital de giro para as construtoras que pode chegar a R\$ 11 bilhões;
- O Banco do Brasil vai fornecer empréstimos de R\$ 4 bilhões aos bancos das montadoras e outros R\$ 5 bilhões para capital de giro de médias e pequenas empresas;
- O BNDES terá linha de financiamentos de R\$ 10 bilhões para capital de giro de médias e grandes empresas, empréstimos de pré-embarque e empréstimos-pontes;
- O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou a liberação de R\$ 5,25 bilhões do FAT para crédito a micro e pequenos empresários e agricultura familiar;
- O Ministério da Fazenda ampliou o prazo de pagamento de alguns impostos federais, o que deve significar um alívio de R\$ 21 bilhões para as empresas;
- A Caixa Econômica Federal fechou parceria com redes varejistas para financiar R\$ 2 bilhões em bens de consumo para a população;
- O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, disponibilizaram R\$ 8 bilhões em financiamento imobiliário para servidores públicos;

Apesar das medidas, a crise de crédito no Brasil está longe de acabar. A visão dos investidores é de que o país é investimento de risco, na medida em que é um exportador de commodities, cujos preços estão em queda livre desde o início da crise. Diante dessa realidade e do fato de crise ser generalizada, não há descolamento possível em relação à crise financeira e seus impactos. Contudo, alguns aspectos da política econômica e comercial do Brasil, tais como, menor dependência do mercado consumidor norte americano; nível de reservas cambiais superior a US\$

200 bilhões; dinamismo do mercado interno, dentre outros fatores, tem auxiliado o país no enfrentamento da crise.

Daqui para frente a inevitável desaceleração do comércio mundial provocará um impacto imediato sobre o valor das exportações, com redução no volume exportado e queda nos preços das commodities agrícolas e industriais, o que já vem ocorrendo nos últimos meses. Além da redução dos saldos da balança comercial e conseqüentemente das transações correntes do balanço de pagamentos, que significará uma maior dependência de capital internacional, para equilibrar o balanço de pagamentos, com possíveis elevações na taxa de juros para atrair capitais, uma vez que estes têm se refugiado nos títulos norte-americanos para se protegerem do risco.

O momento atual pelo qual passa a economia mundial e brasileira, revela uma situação complexa, e até onde vai seus impactos, difícil de prever. Contudo, boa parte deste enfrentamento vai depender das medidas tomadas pelo governo. Neste sentido, vale ressaltar, que o Brasil nunca esteve numa condição tão favorável para este embate como agora.

## INDICADORES ECONÔMICOS

### 3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, em outubro, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.698 mil pessoas, 141 mil a menos do que no mês anterior (Tabela 1). A **taxa de desemprego total** diminuiu de 14,1%, em setembro, para os atuais 13,4% (Tabela 2), em comportamento usual para o período. Essa é a menor taxa para o mês de outubro desde 1998. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto decresceu de 9,5% para 8,9% e a de desemprego oculto, 4,6% para 4,4%. A **taxa de participação** passou de 61,9% para 61,8%, entre setembro e outubro.

**TABELA 1**  
**Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade Regiões Metropolitanas e no DF**  
**Outubro de 2008**

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações				
			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)		
	Out-07	Set-08	Out-08	Out-08/ Set-08	Out-08/ Out-07	Out-08/ Set-08	Out-08/ Out-07
População em Idade Ativa	32.030	32.595	32.642	47	612	0,1	1,9
População Economicamente Ativa	19.589	20.186	20.181	-5	592	0,0	3,0
Ocupados	16.644	17.347	17.484	137	840	0,8	5,0
Desempregados	2.945	2.839	2.698	-141	-247	-5,0	-8,4
Em Desemprego Aberto	2.008	1.920	1.806	-114	-202	-5,9	-10,1
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	648	626	613	-13	-35	-2,1	-5,4
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	289	293	279	-14	-10	-4,8	-3,5

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

No mês em análise, o **nível de ocupação** cresceu 0,8%, desempenho típico para o período. O número de postos de trabalho criados (137 mil) e a saída de 5 mil pessoas do mercado de trabalho resultaram na retração do contingente de desempregados em 141 mil pessoas. O total de ocupados nas seis regiões foi estimado em 17.484 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 20.181 mil.

O decréscimo da taxa de desemprego total resultou de reduções na maioria das regiões pesquisadas, com exceção do Distrito Federal, cuja taxa permaneceu relativamente estável, e de Salvador, onde houve aumento (Tabela 2).

**TABELA 2**  
**Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF**

Regiões Metropolitanas	Out-07	Set-08	Out-08	Em porcentagem Variação	
				Out-08/ Set-08	Out-08/ Out-07
Total	15,0	14,1	13,4	-5,0	-10,7
Distrito Federal	17,1	15,8	16,0	1,3	-6,4
Belo Horizonte	11,5	9,5	9,0	-5,3	-21,7
Porto Alegre	12,4	11,2	10,6	-5,4	-14,5
Recife	18,8	20,4	18,9	-7,4	0,5
Salvador	21,5	19,7	20,4	3,6	-5,1
São Paulo	14,4	13,5	12,5	-7,4	-13,2

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais

Em outubro, o nível de ocupação cresceu em Recife (2,3%), São Paulo (1,0%) e Porto Alegre (0,8%), quase não variou em Belo Horizonte (0,3%) e Salvador (-0,3%) e manteve-se estável no Distrito Federal.

Segundo os principais setores de atividade, o nível ocupacional aumentou nos **Serviços** (63 mil novas ocupações, ou 0,7%), na **Indústria** (41 mil, ou 1,5%), na **Construção Civil** (28 mil, ou

2,9%) e no agregado **Outros Setores** (18 mil, ou 1,2%) e apresentou pequena redução no **Comércio** (13 mil, ou 0,5%) (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade**

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
	Out-07	Set-08	Out-08	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
				Out-08/ Set-08	Out-08/ Out-07	Out-08/ Set-08	Out-08/ Out-07
Total	16.644	17.347	17.484	137	840	0,8	5,0
Indústria	2.693	2.715	2.756	41	63	1,5	2,3
Comércio	2.628	2.791	2.778	-13	150	-0,5	5,7
Serviços	8.893	9.405	9.468	63	575	0,7	6,5
Construção Civil (1)	903	964	992	28	89	2,9	9,9
Outros (2)	1.527	1.472	1.490	18	-37	1,2	-2,4

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(2) Inclui obras de infra-estrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros ramos de atividade.

Por **posição na ocupação**, o assalariamento total aumentou 1,2%, devido ao crescimento nos setores privado (1,2%) e público (1,0%). O desempenho do setor privado deveu-se ao aumento do número de assalariados com carteira de trabalho assinada (1,4%), já que o dos sem carteira praticamente não se alterou (0,1%). O contingente de autônomos aumentou 0,7%, o de empregados domésticos manteve-se relativamente estável (-0,4%) e o daqueles classificados nas demais posições ocupacionais diminuiu 1,8% (Tabela 4).

Em setembro, no conjunto das regiões pesquisadas, o **rendimento médio** real dos ocupados oscilou negativamente (0,5%), passando a valer R\$ 1.167, e o dos assalariados reduziu-se em 1,0%, tornando-se equivalente a R\$ 1.215.

O rendimento médio real dos ocupados

cresceu em Salvador (1,3%, passando a valer R\$ 956) e no Distrito Federal (1,1%, R\$ 1.745), oscilou positivamente em Porto Alegre (0,4%, R\$ 1.167), permaneceu relativamente estável em Belo Horizonte (-0,2%, R\$ 1.133) e diminuiu em Recife (1,9%, R\$ 721) e São Paulo (1,0%, R\$ 1.205).

**TABELA 4**  
**Estimativas de Ocupados por posição na ocupação**

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Out-07	Set-08	Out-08	Out-08/ Set-08	Out-08/ Out-07	Out-08/ Set-08	Out-08/ Out-07
	<b>Total</b>	16.644	17.347	17.484	137	840	0,8
<b>Total de Assalariados</b>	10.954	11.733	11.876	143	922	1,2	8,4
<b>Setor Privado</b>	9.170	9.846	9.960	114	790	1,2	8,6
<b>Com Carteira Assinada</b>	7.261	7.821	7.932	111	671	1,4	9,2
<b>Sem Carteira Assinada</b>	1.908	2.025	2.028	3	12	0,1	6,3
<b>Setor Público</b>	1.782	1.886	1.904	18	122	1,0	6,8
<b>Autônomos</b>	3.105	3.000	3.022	22	-83	0,7	-2,7
<b>Empregados Domésticos</b>	1.375	1.331	1.326	-5	-49	-0,4	-3,6
<b>Demais Posições (1)</b>	1.210	1.283	1.260	-23	50	-1,8	4,1

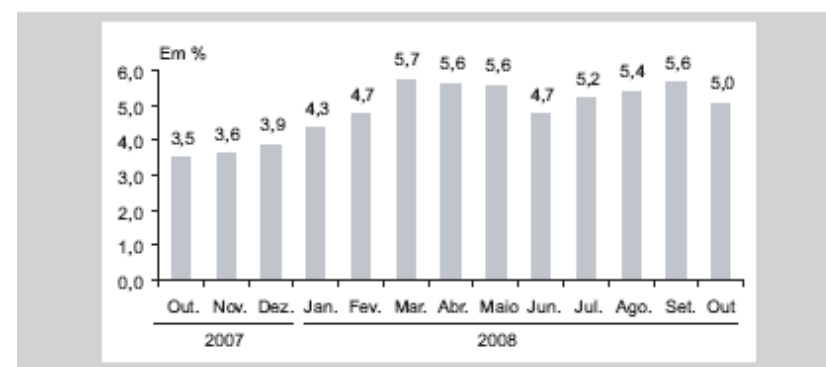
**Fonte:** Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Em relação a outubro de 2007, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas aumentou 5,0%, variação inferior à observada no mês anterior mas superior à de outubro do ano passado (Gráfico 2). Nesse período, foram gerados 840 mil postos de trabalho, número maior do que o de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (592 mil), o que reduziu o contingente de desempregados em 247 mil pessoas. A **taxa de participação** elevou-se de 61,2% para 61,8%, entre outubro de 2007 e de 2008.

O nível de ocupação cresceu em todas as regiões pesquisadas, embora com intensidades diferenciadas: 7,7% em Porto Alegre; 7,2% em Recife; 5,5% em Belo Horizonte; 4,6% em São Paulo; 4,4% no Distrito Federal; e 2,6% em Salvador.

**GRÁFICO 1**  
**Varição Anual <sup>(1)</sup> da Ocupação Regiões Metropolitanas <sup>(2)</sup> 2007-2008**



**Fonte:** Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.  
(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

O número de postos de trabalho aumentou em quase todos os setores de atividade analisados: 575 mil nos **Serviços** (6,5%), 150 mil no **Comércio** (5,7%), 89 mil na **Construção Civil** (9,9%) e 63 mil na **Indústria** (2,3%). Houve redução de 37 mil postos de trabalho nos **Outros Setores** (2,4%).

Por **posição na ocupação**, aumentou o assalariamento total (922 mil pessoas ou 8,4%) devido à sua expansão nos setores privado (790 mil pessoas) e público (122 mil). O desempenho do setor privado refletiu a contratação de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (671 mil) e, em menor proporção, dos sem carteira (120 mil). Também aumentou o emprego entre os ocupados classificados nas demais posições ocupacionais (50 mil) e reduziram-se os contingentes de autônomos (83 mil) e de empregados domésticos (49 mil).

Nos últimos 12 meses, a **taxa de desemprego** total no conjunto das regiões onde a PED é realizada diminuiu de 15,0% para 13,4%, em decorrência de reduções nas taxas de desemprego aberto (de 10,3% para 8,9%) e oculto (de 4,8% para 4,4%).

A retração da taxa de desemprego total foi observada em quase todas as regiões pesquisadas, com destaque para Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. Apenas em Recife essa taxa permaneceu relativamente estável (Tabela 2).

Entre setembro de 2007 e de 2008, o **rendimento médio** real dos ocupados no conjunto das regiões pesquisadas cresceu 3,1%. Essa variação refletiu os aumentos verificados em Salvador (12,5%), Belo Horizonte (10,6%), Distrito Federal (8,1%), Porto Alegre (5,6%) e Recife (4,3%) e a redução observada em São Paulo (1,0%).

Quanto ao **mercado de trabalho formal**<sup>§</sup> brasileiro, em outubro de 2008, foram gerados **61.401** postos de trabalho celetistas, resultando no crescimento de 0,20% em relação ao estoque do mês anterior. De janeiro a outubro de 2008, o volume de empregos criados atingiu 2.147.971, ou mais 7,4%, saldo que se revelou o maior da série histórica para o período, superando em 18,5% o recorde anterior ocorrido em 2007 (1.812.252 postos de trabalho ou crescimento de 6,63%). Nos últimos 12 meses, a variação acumulada atingiu alta de 6,7%, ou 1.953.111 empregos formais.

Em termos setoriais, em termos setoriais, os dados mostram elevação quase generalizada. O principal setor responsável pela geração de empregos em outubro foi o **Comércio**, com o acréscimo de 54.590 postos de trabalho (+0,81%), terceiro maior saldo para o período, oriundo da criação do emprego nos segmentos Varejista, que gerou 46.510 postos de trabalho (+0,83%), e Atacadista, com mais 8.080 postos (+0,73%). O setor de **Serviços** vem a seguir com a geração de 36.142 postos de trabalho (+0,30%), impulsionado principalmente pelos segmentos de Serviços de Transportes e Comunicações (+9.016 postos de trabalho ou +0,55%), de Serviços de Administração de Imóveis e Serviços Técnicos Profissionais (+8.307 postos ou +0,26%) e de Serviços de Alojamento, Alimentação e Reparação (+8.153 postos ou +0,19%).

A **Indústria de Transformação** respondeu pela criação de 8.730 postos de trabalho ou +0,12% em outubro de 2008, e a **Construção Civil** pela geração de 2.149 novas vagas ou crescimento de 0,12%. O desempenho da Indústria de Transformação pode ser atribuído, principalmente, aos segmentos da Indústria de Produtos Alimentícios e Bebidas

<sup>§</sup> O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

(+5.652 postos ou +0,31%) e da Indústria Têxtil e Vestuário (+3.805 postos ou +0,39%). A Indústria de Calçados (-3.186 postos ou -0,94%) e a Indústria da Borracha, Fumo e Couros (-1.735 postos ou -0,53%), foram as que registraram os maiores declínios no nível de emprego.

No acumulado do ano, a liderança da geração de empregos coube ao setor de Serviços, ao responder pela criação de 726.091 postos de trabalho (+6,35%), resultado recorde para o período, seguido pela Indústria de Transformação, responsável pelo acréscimo de 532.704 empregos (+7,61%). Destacaram-se também o Comércio, com a geração recorde de 319.424 empregos ou +4,94%, e a Construção Civil, com recorde absoluto e relativo, ao responder pela criação de 303.031 empregos e por uma expressiva taxa de crescimento de 19,80%. Cabe ressaltar também os saldos recordes obtidos pela Administração Pública, com a criação de 40.611 postos de trabalho (+7,56%), e pela Extrativa Mineral, com mais 12.974 postos (+7,97%).

**TABELA 5**  
**Evolução do emprego formal por Setores e Subsetores**  
**Selecionados - Brasil 2007 – 2008**

SETORES E SUBSETORES	SALDO <sup>1</sup> DE EMPREGOS JAN/OUT 2007	SALDO <sup>1</sup> DE EMPREGOS JAN/OUT 2008	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
<b>IND. EXTRAT. MINERAL</b>	<b>9.658</b>	<b>12.974</b>	<b>34,33</b>
<b>IND. TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>540.052</b>	<b>532.704</b>	<b>-1,36</b>
PROD.MIN NÃO MET	13.645	19.358	41,87
METALURGICA	54.185	60.172	11,05
MECÂNICA	45.557	45.031	-1,15
MAT ELET. COMUM	19.643	22.700	15,56
MAT TRANSPORTE	45.300	41.206	-9,04
MAD E MOBILIÁRIO	15.391	4.023	-73,86
PAP. PAPELÃO. EDIT	12.045	16.786	39,36
BOR. FUM. COUROS	12.720	12.678	-0,33
QUIM. PR.FARM. VET	35.955	41.296	14,85
TÊXTIL, VESTUÁRIO	61.714	58.715	-4,86
CALÇADOS	27.277	29.990	9,95
PROD ALIMENT. BEB	196.620	180.749	-8,07
<b>SERV.IND. UT. PUB</b>	<b>7.312</b>	<b>9.895</b>	<b>35,33</b>
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>194.825</b>	<b>303.031</b>	<b>55,54</b>
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>751.847</b>	<b>858.604</b>	<b>14,20</b>

Fonte: MTE/CAGED

(1) Representa a diferença entre admitidos e desligados.

Segundo recorte geográfico, verificou-se o seguinte comportamento: Sul, com 23.850 postos de trabalho criados (+0,42%), Sudeste, +20.300 postos (+0,12%), Nordeste, +16.903 postos (+0,38%) e Norte, com +362 postos (+0,03%). A Região Centro-Oeste registrou uma pequena redução (-14 postos), que pode ser interpretada como uma estabilidade.

Com relação às Unidades da Federação, Os dados de outubro revelaram incremento no número de empregos em vinte Unidades da Federação, destacando-se, em termos absolutos: São Paulo (+34.353 postos de trabalho ou +0,33%), Rio de Janeiro (+14.240 postos ou +0,48%), Santa Catarina (+8.976 postos ou +0,58%) e Rio Grande do Sul (+8.873 postos ou 0,43%). Os maiores declínios nos números de empregos ocorreram nos estados de Minas Gerais (-29.438 postos de trabalho ou -0,87%), Bahia (-6.446 postos ou -0,50%) e Goiás (-2.338 postos ou -0,28%). Tais desempenhos estão fortemente influenciados pelo comportamento sazonal negativo do setor agrícola nesses estados, que foi responsável pela perda de 28.079 postos de trabalho em Minas Gerais, de 2.899 postos na Bahia e de 2.891 postos em Goiás.

**TABELA 6**  
**Evolução do Emprego por Nível Geográfico - Brasil,**  
**Regiões e UF's - 2007-2008**

UF's	SALDO <sup>1</sup> DE	SALDO <sup>1</sup> DE	VARIAÇÃO
	EMPREGOS	EMPREGOS	2008/2007
	JAN/OUT	JAN/OUT	(%)
	2007	2008	
<b>Norte</b>	76.131	67.392	-11,48
Acre	699	2.319	231,76
Amazonas	25.024	26.002	3,91
Amapá	1.548	2.270	46,64
Pará	28.138	22.000	-21,81
Rondônia	10.652	8.184	-23,17
Roraima	1.231	608	-50,61
Tocantins	8.839	6.009	-32,02
<b>Nordeste</b>	201.836	244.848	-21,31
Alagoas	1.941	6.884	-254,66
Bahia	62.273	56.500	-9,27
Ceará	34.873	42.955	23,18
Maranhão	17.284	25.974	50,28
Paraíba	10.832	10.848	-0,15
Pernambuco	43.165	58.406	-35,31
Piauí	8.234	13.481	63,72
Rio Grande do Norte	15.476	18.052	16,65
Sergipe	7.758	11.748	51,43
<b>Sudeste</b>	1.086.429	1.283.926	18,18
Espírito Santo	25.745	42.807	66,27
Minas Gerais	186.881	252.705	35,22
Rio de Janeiro	118.636	156.391	31,82
São Paulo	755.167	832.023	10,18
<b>Sul</b>	311.837	368.995	18,33
Paraná	144.596	160.897	11,27
Rio Grande do Sul	82.070	110.196	34,27
Santa Catarina	85.171	97.902	14,95
<b>Centro-Oeste</b>	136.019	182.810	34,40
Distrito Federal	13.676	29.513	115,80
Goiás	62.237	80.399	29,18
Mato Grosso	39.064	46.240	18,37
Mato Grosso do Sul	21.042	26.658	26,69

### 3.2 – Taxas de Inflação

O custo de vida no município de São Paulo ou ICV é calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares. Em outubro, o custo de vida no município de São Paulo apresentou alta acentuada de 0,43%, 0,29 ponto percentual (pp) maior que a taxa de setembro (0,14%), segundo cálculo do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A **Alimentação (0,67%)**, que havia apresentado taxas negativas nos dois últimos meses - agosto (-0,29%) e setembro (-0,41%) - interrompeu a queda e voltou a pressionar a inflação em outubro, contribuindo com 0,19 pp no cálculo do ICV. Outros grupos como: **Habitação (0,50%)**, **Saúde (0,49%)** e **Transporte (0,33%)**, também contribuíram para a elevação da taxa deste mês, com contribuição conjunta em seu cálculo de 0,23 pp (Tabela 1).

O aumento verificado para a Alimentação (0,67%) foi maior para o subgrupo referente aos produtos *in natura e semi-elaborados (1,41%)*, seguido da *alimentação fora do domicílio (0,32%)*. Os produtos da *indústria alimentícia (-0,05%)* apresentaram estabilidade nos preços.

A *indústria alimentícia (-0,05%)* registrou pouca alteração em seus valores. Podem ser destacadas as seguintes quedas: trigo (-6,41%), óleos (-2,64%) e leite longa vida (-2,38%). Chama a atenção o aumento ocorrido no açúcar (3,80%).

Por outro lado, a *alimentação fora do domicílio (0,32%)* apresentou aumento em ambos os itens: lanches (0,20%) e refeição principal (0,40%).

No grupo **Habitação (0,47%)**, observou-se reajuste em todos os subgrupos: *locação, impostos e condomínio (0,47%)*, devido ao aumento nos aluguéis (0,76%); *operação do domicílio (0,37%)*, em consequência das altas no serviço de água (1,23%) e no gás de botijão (0,86%); e na *conservação do imóvel (0,83%)*, caso em que os materiais de construção (1,41%), notadamente o cimento (6,08%), destacaram-se.

Outros dois grupos também pressionaram a inflação de outubro: **Saúde (0,49%)**, devido ao aumento na *assistência médica (0,58%)*, e **Transporte (0,33%)**, resultado da alta no subgrupo *individual (0,47%)*, consequência dos reajustes nos preços do álcool (3,07%).

Recoo de preços foi observado para os grupos: **Equipamento Doméstico (-0,28%)**, com queda generalizada em todos os seus componentes e **Despesas Pessoais (-0,18%)**, com maior baixa na *higiene e beleza (-0,32%)*.

**TABELA 1**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxas, contribuições e ponderações Por grupos e**  
**subgrupos Município de São Paulo - outubro de 2008**

Grupos e subgrupos	Variação (%)	Contribuição (pp.)	Ponderação (%)
Total Geral	0,43	0,43	100,00
. Alimentação	0,67	0,19	28,05
. . <i>In natura</i> e semi-elaborados	1,41	0,17	12,39
. . Indústria da alimentação	-0,05	-0,01	10,19
. . Fora do domicílio	0,32	0,02	5,47
. Habitação	0,47	0,11	22,86
. . Locação, impostos e condomínio	0,47	0,03	6,11
. . Operação do domicílio	0,37	0,05	13,28
. . Conservação do domicílio	0,83	0,03	3,47
. Saúde	0,49	0,07	13,92
. . Assistência médica	0,58	0,06	11,13
. . Medicamentos e produtos farmacêuticos	0,17	0,00	2,75
. Transporte	0,33	0,05	15,90
. . Individual	0,47	0,05	11,25
. . Coletivo	0,00	0,00	4,65
. Despesas Pessoais	-0,18	-0,01	3,62
. . Higiene e beleza	-0,32	-0,01	2,14
. . Fumo e acessórios	0,01	0,00	1,48
. Equipamentos Domésticos	-0,28	-0,01	3,39
. . Eletrodomésticos	-0,19	0,00	1,62
. . Utensílios	-0,03	0,00	0,51
. . Móveis	-0,48	-0,01	1,06
. . Rouparia	-0,64	0,00	0,20

Fonte: DIEESE

Nos últimos 12 meses - entre novembro de 2007 e outubro de 2008 - o ICV-DIEESE acumula alta de 6,89%. Ao se considerar os diferentes estratos, estas taxas são maiores para as famílias de menor poder aquisitivo, estrato 1, 8,30%; e se reduzem nos dois estratos subseqüentes: estrato 2, 7,34% e estrato 3, 6,31%.

Nos dez meses de 2008 – entre janeiro e outubro - a inflação foi de 5,44%. As variações acumuladas por estrato seguem o mesmo comportamento para o acumulado anual, sendo maior para o 1º estrato (6,42%), seguido do 2º (5,63%) e com menor variação no 3º (5,09%)

Os aumentos verificados em 12 meses deram-se de maneira bastante heterogênea entre os grupos que compõem o ICV-DIEESE. Para uma inflação da ordem de 6,89%, as maiores altas foram apuradas na **Alimentação (13,42%)**, **Despesas Pessoais (8,75%)** e **Habitação (7,52%)**. Já as menores variações foram detectadas nos grupos: **Equipamento Doméstico (-2,34%)**, **Vestuário (-0,12%)**, e **Saúde (2,38%)**.

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda\*\* para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE encontram-se na Tabela 2.

\*\* O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

**TABELA 2**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxa geral e por estrato de renda**  
**Município de São Paulo**

Índices	set/08 (%)	out/08 (%)	Diferença (pp)
Geral	0,14	0,43	0,29
Estrato 1	0,10	0,42	0,32
Estrato 2	0,11	0,45	0,34
Estrato 3	0,17	0,41	0,24

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

A variação da taxa em outubro apresentou variação de 0,45% e ficou 0,19 ponto percentual acima da taxa de 0,26% registrada no mês de setembro. Com este resultado o acumulado no ano situou-se em 5,23%, superior a igual período do ano passado, cujo resultado foi 3,30%. Nos últimos doze meses a variação ficou em 6,41%, também acima dos 6,25% relativos aos doze meses imediatamente anteriores. Em outubro de 2007 a taxa havia sido 0,30%.

Após dois meses consecutivos em queda (-0,18% em agosto e -0,27% em setembro), os preços dos **produtos alimentícios**

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

voltaram a subir, apresentando alta de 0,69%. Com contribuição de 0,16 ponto percentual, o grupo **Alimentação e Bebidas** foi responsável por 35% do IPCA. A pressão nos **alimentícios** veio dos **feijões** (5,66%), com o tipo **preto**, custando 7,74% a mais, além das **carnes**, com alta de 3,61%. Foi o item **carnes** que, com 0,08 ponto percentual, ficou com a maior contribuição individual no mês. Em alta, os **alimentos** em destaque encontram-se na tabela a seguir.

Assim, com o resultado de outubro, o grupo dos **produtos alimentícios** acumula alta de 10,04% no ano, acima de igual período do ano passado, quando havia ficado em 7,76%.

**TABELA 3 - Variação mensal e acumulada do grupo Alimentação - 2007 e 2008 – IPCA-IBGE**

MESES	ALIMENTAÇÃO VARIAÇÃO (%)			
	2007		2008	
	MENSAL	ACUMULADA	MENSAL	ACUMULADA
Janeiro	0,84	0,84	1,52	1,52
Fevereiro	0,78	1,63	0,60	2,13
Março	0,98	2,62	0,89	3,04
Abril	0,03	2,65	1,29	4,37
Maió	0,16	2,81	1,95	6,40
Junho	1,09	3,93	2,11	8,64
Julho	1,27	5,26	1,05	9,78
Agosto	1,39	6,73	-0,18	9,58
Setembro	0,44	7,20	-0,27	9,29
Outubro	0,52	7,76	0,69	10,04
Novembro	0,73	8,55	-	-
Dezembro	2,06	10,79	-	-

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Quanto aos **produtos não alimentícios**, a taxa passou dos 0,42% de setembro para 0,38% em outubro. Dos nove grupos que compõem o IPCA, incluindo o dos **alimentos**, quatro deles apresentaram variação mais baixa do que no mês anterior. Cinco deles, no entanto, apresentaram variações crescentes de um mês para o outro. É o que mostra a tabela seguinte.

**TABELA 4 – Variação mensal e acumulada dos grupos componentes do IPCA-IBGE – 2008**

GRUPO	VARIÇÃO (%)		
	SETEMBRO	OUTUBRO	ACUMULADA NO ANO
Índice geral	0,26	0,45	5,23
Vestuário	0,70	1,27	5,51
Alimentação e Bebidas	-0,27	0,69	10,04
Despesas Pessoais	0,80	0,68	6,19
Habitação	0,50	0,62	4,35
Artigos de Residência	0,37	0,40	1,35
Saúde e Cuidados Pessoais	0,46	0,26	5,04
Comunicação	-0,12	0,17	1,65
Transporte	0,39	0,02	2,36
Educação	-0,05	0,02	4,43

Sobre as regiões pesquisadas, os maiores resultados ficaram com **Brasília** (0,60%), **Recife** (0,59%) e **Goiânia** (0,58%). O menor índice foi o de **Belo Horizonte** (0,18%).

O **INPC**, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O INPC-IBGE apresentou variação de 0,50% em outubro, acima do resultado de 0,15% de setembro em 0,35 ponto percentual. No acumulado do ano o índice situou-se em 5,77 %, superior à taxa de 3,70% referente ao mesmo período do ano passado. Nos últimos doze meses o resultado ficou em 7,26%, acima da taxa de 7,04% dos doze meses imediatamente anteriores. Em outubro de 2007 o **INPC** foi 0,30%.

Os produtos **alimentícios** apresentaram variação de 0,67% em outubro, enquanto os **não alimentícios** aumentaram 0,43%. Em setembro os resultados ficaram em -0,46% e 0,42%, respectivamente.

Sobre as regiões pesquisadas, **Goiânia** e **Fortaleza** apresentaram a maior variação, ambas com 0,69%. A seguir veio o **Rio de Janeiro**, com 0,68%. O menor resultado ficou com a região metropolitana de **Belo Horizonte** (0,11%).

**TABELA 9**  
**Taxas de Inflação**  
**Brasil – 2004 – 2008**

Período	ICV- DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
2007	4,80	5,16	4,46
jan/08	0,88	0,69	0,54
fev/08	-0,03	0,48	0,49
mar/08	0,45	0,51	0,48
abr/08	0,42	0,64	0,55
mai/08	0,87	0,96	0,79
jun/08	0,97	0,91	0,74
jul/08	0,87	0,58	0,53
ago/08	0,32	0,21	0,28
set/08	0,14	0,15	0,26
out/08	0,43	0,50	0,45
<b>DATA BASE 1°</b>			
<b>DE NOVEMBRO</b>			
<b>2008</b>	<b>6,89</b>	<b>7,26</b>	<b>6,41</b>

Fonte: DIEESE e IBGE

### 3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

Após dois meses com preços em queda, os gêneros alimentícios essenciais voltaram a apresentar predomínio de alta em outubro, segundo apurou o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A Pesquisa Nacional da Cesta Básica – que passa a acompanhar os preços em 17 capitais, com a inclusão de Manaus (AM) – registrou retração em apenas duas localidades: Brasília (-0,27%) e João Pessoa (-0,28%). Os aumentos mais expressivos ocorreram em Fortaleza (8,07%), Natal (7,99%), Manaus (5,79%), Salvador (4,80%) e Vitória (4,13%).

Como o preço dos gêneros essenciais subiu mais em Porto Alegre (3,30%) que em São Paulo (1,48%), as duas cidades inverteram a posição e a capital gaúcha registrou o maior custo para a cesta básica (R\$ 239,82), enquanto em São Paulo seu valor ficou em R\$ 238,15. A terceira cidade mais cara foi Florianópolis (R\$ 228,44). Os menores valores foram apurados em Recife (R\$ 169,40) e João Pessoa (R\$ 177,32).

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em outubro de 2008, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido†† necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

†† Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais**  
**Brasil – Outubro de 2008**

Capital	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)	Variação Anual (%)
Fortaleza	8,07	183,36	48,03	97h 12min	15,79	24,77
Natal	7,99	198,23	51,92	105h 05min	18,06	30,42
Manaus	5,79	221,35	57,98	117h 21min	(---)	(---)
Salvador	4,80	182,61	47,83	96h 48min	15,06	20,41
Vitória	4,13	213,56	55,94	113h 13min	12,69	16,80
Porto Alegre	3,30	239,82	62,81	127h 08min	12,63	12,08
Rio de Janeiro	2,51	220,99	57,78	117h 09min	13,64	13,75
Aracaju	2,28	180,07	47,16	95h 28min	5,21	18,92
Florianópolis	2,22	228,44	59,83	121h 06min	19,71	22,11
Belém	2,15	195,31	51,16	103h 32min	2,79	13,08
Curitiba	1,51	221,40	57,99	117h 22min	18,25	23,58
São Paulo	1,48	238,15	62,38	126h 15min	10,96	18,34
Goiânia	1,22	200,70	52,57	106h 24min	6,00	24,10
Recife	0,98	169,40	44,37	89h 48min	9,00	19,24
Belo Horizonte	0,79	222,71	58,33	118h 04min	8,75	19,24
Brasília	-0,27	220,44	57,74	116h 52min	14,08	23,97
João Pessoa	-0,28	177,32	46,44	94h 00min	14,33	23,86

Fonte: DIEESE

Em 12 meses – entre novembro de 2007 e outubro último – as maiores taxas acumuladas foram apuradas em Natal (30,42%), Fortaleza (24,77%) e Goiânia (24,10%). As menores variações ocorreram em Porto Alegre (12,08%), Belém (13,08%) e Rio de Janeiro (13,75%).

Com base no custo apurado para a cesta de Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em outubro, o salário mínimo necessário deveria ser

**R\$ 2.014,73**, isto é, 4,85 vezes o piso nacional (R\$ 415,00), maior, portanto, que o de setembro quando correspondia a R\$ 1.971,55, ou seja, 4,75 vezes o piso em vigor. Em outubro de 2007, o salário mínimo necessário foi estimado em R\$ 1.797,56 e correspondia a 4,73 vezes o mínimo oficial (R\$ 380,00).

Com a predominância de alta nos preços dos produtos básicos nas localidades pesquisadas e a inclusão de mais uma capital com custo acima da média, o tempo de trabalho necessário para a aquisição da cesta básica na média das 17 localidades correspondeu, em outubro, a 109 horas e 34 minutos. Em setembro, para as 16 cidades consideradas, a jornada necessária ficava em 106 horas e 21 minutos. Em outubro de 2007, também considerando 16 capitais, o tempo de trabalho necessário era bem inferior, correspondendo a 99 horas e 19 minutos.

Quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, isto é, após o desconto equivalente à Previdência Social, verifica-se que, em outubro, considerando as 17 capitais, a compra da cesta compromete 54,14% do valor recebido. Em setembro, levando em conta as 16 capitais, eram necessários 52,54% do rendimento líquido, para adquirir os mesmos itens. Há um ano, o comprometimento correspondia a 48,89%.

## 4 – DESEMPENHO SETORIAL

### 4.1 – Indústria Geral

Em setembro de 2008, a produção industrial cresceu 1,7% frente a agosto, mais que compensando a queda de 1,2% observada no mês anterior. Em relação a setembro do ano passado o setor avançou 9,8%, resultado mais elevado desde os 10,0% em abril último. Com isso, o indicador acumulado janeiro-setembro ficou em 6,5%, superior ao acumulado até agosto (6,0%). O índice acumulado nos últimos doze meses (6,8%) também acelerou frente ao resultado de agosto (6,4%). No fechamento do terceiro trimestre de 2008, observou-se avanço tanto frente a igual período de 2007 (6,7%), como na comparação com o trimestre imediatamente anterior (2,7%).

O aumento no nível de produção verificado na passagem de agosto para setembro (1,7%) teve perfil generalizado, alcançando vinte dos vinte e sete ramos, com a maior contribuição sobre a média global vindo de máquinas e equipamentos (9,0%), após a acomodação registrada no mês anterior (-0,2%). Nesse sentido, também foram relevantes os desempenhos dos seguintes setores: edição e impressão (8,4%), refino de petróleo e produção de álcool (3,3%), alimentos (1,5%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (9,5%). Por outro lado, as principais pressões negativas vieram de outros produtos químicos (-2,3%) e metalurgia básica (-1,7%).

Por categorias de uso, ainda neste tipo de comparação, a expansão na produção foi mais intensa no setor de bens de capital (3,7%), que assinalou taxa positiva após recuar 0,5% no

mês anterior. Nas demais categorias de uso, os resultados foram: 1,5% em bens de consumo semi e não-duráveis, que volta a crescer após variação negativa de 0,3% em agosto; 0,4% em bens de consumo duráveis; enquanto a produção de bens intermediários praticamente repete o patamar do mês anterior (-0,1%).

No confronto com setembro de 2007, o aumento de 9,8% observado no total da indústria teve perfil generalizado, uma vez que alcançou vinte e cinco das vinte e sete atividades investigadas e todas as categorias de uso. Vale mencionar a diferença de três dias úteis a mais em setembro deste ano frente a igual mês do ano anterior. Os acréscimos que mais pressionaram o resultado global foram apontados pelas indústrias de veículos automotores (20,1%); máquinas e equipamentos (21,4%); farmacêutica (29,6%); e outros equipamentos de transporte (44,4%). Nesses ramos, destacaram-se, como os principais impactos, não só itens tipicamente associados ao segmento de bens de consumo duráveis, como automóveis, motocicletas e eletrodomésticos, mas também alguns relacionados ao segmento de bens de capital (máquinas para colheita, aviões e caminhões).

Ainda na comparação setembro 08/setembro 07, bens de capital (25,8%) e bens de consumo duráveis (14,9%), este último com forte encadeamento interindustrial, mantêm ritmo bem acima da média global da indústria (9,8%). No primeiro segmento, observou-se ampliação no ritmo de crescimento em todos os subsetores, com claro destaque para equipamentos de transportes (41,9%), vindo a seguir bens de capital de uso misto (10,5%), para fins industriais (16,9%) e para energia elétrica (25,5%). No setor de bens de consumo duráveis, além do avanço da indústria automobilística (15,7%), também vale

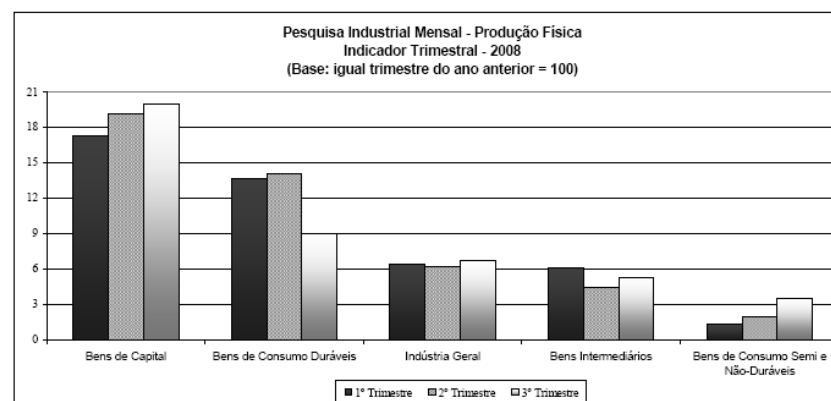
destacar a maior produção de eletrodomésticos (13,1%), taxa que reflete a performance favorável de seus três subsetores: eletrodomésticos da “linha marrom” (13,4%), da “linha branca” (11,2%) e de outros eletrodomésticos (23,9%).

O indicador acumulado para o período janeiro-setembro atingiu 6,5%, apoiado no crescimento de vinte e duas atividades, com veículos automotores (17,6%) liderando a expansão global, sustentado pela maior produção de automóveis e caminhões, vindo a seguir máquinas e equipamentos (10,6%), com destaque para a maior produção de aparelhos elevadores ou transportadores para mercadorias e máquinas para colheita. Também com contribuição relevante na formação da taxa global, destaca-se outros equipamentos de transporte (31,5%), impulsionado pela elevada produção de aviões e motocicletas. Por outro lado, madeira (-8,9%), ainda pressionada pela redução nos itens madeira serrada e compensada, e fumo (-8,0%) registraram os maiores impactos negativos. Os índices por categorias de uso confirmam o maior desempenho dos setores produtores de bens de capital (18,9%) e de bens de consumo duráveis (12,1%), padrão que vem marcando a dinâmica industrial desde 2006. Abaixo do ritmo da indústria geral (6,5%) crescem as categorias de bens intermediários (5,2%) e bens de consumo semi e não duráveis (2,3%).

Em síntese, o índice para setembro revela avanço em relação a agosto de 2008 (1,7%), mantendo a trajetória ascendente da atividade produtiva observada desde o início do ano pelo índice de média móvel trimestral. No confronto com setembro de 2007, o crescimento de 9,8% atingiu a maioria dos segmentos industriais, influenciado, em parte, pelo efeito-calendário. Tomando como base a série que leva em conta os índices com ajuste sazonal, o avanço frente a setembro de 2007 também se mostrou significativo (7,3%), sustentado pelo desempenho do

setor de bens de capital, que sinaliza investimentos na capacidade produtiva, e pelo dinamismo da demanda doméstica, em linha com as estatísticas mais recentes do comércio varejista e da evolução do emprego e da renda.

### Pesquisa Mensal Industrial – Produção Física – Indicador Trimestral – 2008 (Base: igual trimestre do ano anterior = 100)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Quanto aos índices regionais, em setembro de 2008, a produção da indústria brasileira cresceu 1,7% em relação a agosto, com sete dos quatorze locais pesquisados registrando avanço na produção. Com taxas positivas e acima do índice nacional, situaram-se: Amazonas (6,1%), Rio de Janeiro (4,1%) e Rio Grande do Sul (3,6%) e, abaixo, Paraná (1,4%), São Paulo (1,0%), região Nordeste (0,4%) e Santa Catarina (0,2%). Por outro lado, as maiores reduções vieram de Espírito Santo (-3,4%), Pará (-2,7%), Ceará (-2,6%). Os demais locais com taxas negativas foram: Goiás (-1,9%), Pernambuco (-1,2%), Bahia (-0,6%) e Minas Gerais (-0,4%).

A atividade industrial avançou 9,8% em relação a setembro do ano passado, com os quatorze locais pesquisados apontando crescimento. Com expansão a dois dígitos e acima da média nacional destacaram-se: Espírito Santo (16,5%), Rio Grande do Sul (15,7%), Paraná (14,4%), Amazonas (13,7%) e Bahia (10,9%). Os demais resultados foram: Rio de Janeiro (9,7%), Pernambuco (9,4%), São Paulo (8,1%), Minas Gerais (8,0%), Pará (6,7%), região Nordeste (6,2%), Santa Catarina (5,8%), Ceará (5,2%) e Goiás (4,1%).

No indicador acumulado no ano, em relação a igual período de 2007, também todos os quatorze locais pesquisados apontaram crescimento, com destaque para Espírito Santo (14,8%). Com taxas acima da média nacional (6,5%) figuraram, ainda: Goiás (11,0%), Paraná (10,9%), São Paulo (8,7%), Pará e Amazonas (ambos com 7,0%), Pernambuco (6,9%) e Minas Gerais (6,6%). Os resultados regionais confirmam o perfil de crescimento do ano, apoiado, principalmente, na produção de bens de capital e bens de consumo duráveis, além da contribuição vinda das exportações. Apresentando expansão abaixo da média figuraram: Rio Grande do Sul (5,7%), Bahia (5,1%), região Nordeste (3,9%), Ceará (3,9%), Rio de Janeiro (3,3%) e Santa Catarina (1,7%).

Também de acordo com o IBGE, em setembro, o nível de emprego na indústria nacional ficou estável (0,1%), em relação a agosto. Na comparação com setembro de 2007, o aumento de 2,2% completa a seqüência de vinte e sete taxas positivas. O índice acumulado nos oito primeiros meses do ano ficou em 2,7%. O acumulado nos últimos doze meses (2,9%), que vinha em trajetória ascendente desde setembro de 2006, praticamente repete o ritmo de crescimento do pessoal ocupado de agosto (3,0%).

No índice mensal (2,2%), doze das quatorze áreas e doze dos dezoito setores aumentaram o contingente de trabalhadores. São Paulo (2,6%), Minas Gerais (5,2%) e Rio Grande do Sul (3,3%) exerceram as pressões mais significativas no resultado geral. Na indústria paulista, as contratações foram superiores às demissões principalmente em produtos químicos (15,6%), máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (11,1%) e meios de transporte (7,3%). Nas indústrias mineira e gaúcha, os destaques foram, respectivamente, alimentos e bebidas (12,1%) e metalurgia básica (10,7%); e máquinas e equipamentos (23,7%) e produtos de metal (14,1%). Por outro lado, Santa Catarina (-1,9%) e Paraná (-0,3%) foram as influências negativas no resultado global, sobretudo devido aos recuos observados em vestuário (-12,1%), no primeiro local, e madeira (-18,3%), no segundo, respectivamente.

Em nível nacional, os ramos com as maiores contribuições positivas foram máquinas e equipamentos (10,2%), meios de transporte (8,2%), máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (10,2%), produtos de minerais não-metálicos (8,1%) e alimentos e bebidas (1,9%). Em sentido contrário, vestuário (-7,1%), madeira (-11,3%) e têxtil (-6,5%) exerceram as principais pressões negativas.

No indicador acumulado no ano, o pessoal ocupado aumentou 2,7%, acima do observado no período janeiro-setembro de 2007 (1,8%). Onze locais e doze ramos contribuíram positivamente no índice geral. Em nível setorial, as principais pressões positivas vieram de máquinas e equipamentos (12,1%) e meios de transporte (10,1%), setores que lideram a produção industrial, seguidos por: máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (12,3%) e alimentos e bebidas (2,6%). Entre os locais, São Paulo (3,8%), Minas Gerais (4,6%) e Região Norte e

Centro-Oeste (3,6%) exerceram os impactos mais significativos. Por outro lado, veio de Santa Catarina (-0,8%) a pressão negativa mais importante entre as áreas pesquisadas e, no corte setorial, os destaques foram calçados e artigos de couro (-9,1%), vestuário (-5,3%) e madeira (-8,0%).

Em síntese, a evolução positiva dos índices do emprego industrial, nos últimos meses, reflete o maior dinamismo da atividade produtiva, tomando-se por base a tendência apontada pelo indicador de média móvel trimestral. Ainda na série ajustada, o emprego cresce em setembro 1,0% frente ao trimestre imediatamente anterior e acumula 4,9% de aumento desde o último trimestre de 2006. Nas comparações contra iguais períodos de 2007, o número de pessoas ocupadas sustenta resultados positivos: o indicador mensal cresce desde julho de 2006 e o trimestral desde o terceiro trimestre de 2006.

**Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>**

**Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>**